



Diário da Sessão n.º 010 de 05/04/05

Secretário Regional Adjunto da Vice-Presidência (*Carlos Corvelo*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O período correspondente ao debate que hoje se inicia nesta Assembleia (2005/2008), é o período que se afigura de alguma complexidade e com alguns desafios importantes no que diz respeito à gestão dos Fundos Comunitários.

Por um lado, temos a negociação e aprovação do novo período de programação financeira que se nos afigura complexo, dado as contenções financeiras que os seis países poderosos da União Europeia querem impor às limitações de financiamento; por outro lado, essa negociação faz-se no quadro de alargamento da União a mais 12 países, o que implica uma concorrência muito forte nessas negociações para a obtenção de fundos, apesar de, como veremos à frente, nós mantermos uma situação ainda folgada nesse quadro.

Um segundo aspecto que é também complexo diz respeito ao encerramento do III Quadro Comunitário. O III Quadro Comunitário, em princípio, poderá encerrar até 2008, com aprovações até 2006 e havendo uma sobreposição de quadros, torna bastante mais complexa a própria gestão.

Nesse sentido, no que diz respeito ao encerramento do III Quadro, nós definimos dois objectivos fundamentais. Um primeiro objectivo diz respeito à fatia mais substancial de fundos que gerimos e que estão englobados no PRODESA, no nosso programa operacional.

No que se refere a esse objectivo e relativamente ao PRODESA, nós iremos procurar comprometer todas as suas verbas no corrente ano de 2005



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

e ver se conseguimos encerrá-lo no início de 2007, por forma a que não haja essa sobreposição na gestão dos fundos.

Temos a ideia que esse objectivo é perfeitamente exequível, porque 90% das verbas do PRODESA encontram-se neste momento comprometidas, porque a taxa de execução aproxima-se rapidamente dos 70%. Portanto, nós concluimos que até finais de 2006 conseguimos encerrar a maior parte das medidas e dos eixos do PRODESA.

Relativamente aos outros fundos e outros programas – são 7, uns que a Região gere directamente, outros que promove o seu acompanhamento – iremos procurar encerrá-los nos prazos limites (2008).

Esses fundos são importantes em termos da dinâmica que geram, embora não sejam fundos muito significativos, com exclusão talvez do Fundo de Coesão onde os projectos estão a andar bastante bem e serão encerrados dentro dos prazos previstos.

O INTERREG, com cerca de 30 milhões de contos, vai lançar no próximo mês de Maio a última convocatória. Nós consideramos que apesar de ser um programa bastante complexo de gestão – temos 116 projectos aprovados, pequenos projectos com diversidade de beneficiários muito ampla, mas as coisas têm corrido relativamente bem – tem havido uma participação activa de todos os beneficiados.

Relativamente ao PDRU, também a sua execução tem sido relativamente satisfatória. Nos projectos aprovados, foram utilizados no ano passado cerca de 20 milhões de euros e estão previstos para 2005 outros 20 milhões de euros, com uma execução que tem sido perfeitamente normal.

No Programa de Acções Inovadoras, que é menor (3 milhões de euros), a execução dos projectos tem avançado, Têm-se registado alguns atrasos num ou noutro, mas como são associados à compra de equipamentos, estão



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

a decorrer ainda os concursos. Portanto, também serão executados dentro dos prazos previstos.

Relativamente aos programas nacionais e àqueles que assumem algum significado (o PRIME, antigo Programa Operacional da Economia, e o POSI e o LIDER), também temos acompanhado a sua execução e não é de prever que haja qualquer problema.

No que se refere ao segundo vector de complexidade, neste campo, temos as negociações do próximo Quadro e os nossos objectivos relativamente a essas negociações são fundamentalmente três:

Por um lado, continuar e reforçar o acompanhamento das negociações que se processa com o Estado Membro (Portugal) e a União Europeia. Já temos participado em alguns seminários relativamente ao objectivo Convergência e relativamente ao objectivo Cooperação Territorial. Temos relevado, no âmbito da delegação nacional as nossas posições relativamente a algumas questões e temos vindo a acompanhar também a negociação do programa de compensação sobre custos, que é um programa específico para as Regiões Ultraperiféricas.

No que diz respeito ao objectivo Convergência, o nosso intuito é manter as derrogações de que beneficiamos, por força de sermos uma Região Ultraperiférica, seja nas taxas de co-financiamento, seja na panóplia de sectores elegíveis e aí temos algumas vantagens relativamente a outras regiões e a outros países.

No alargamento da cooperação inter-regional, também desejamos alargar um pouco as áreas que vão ser definidas a nível da própria Comissão e que deixam ficar de fora algumas questões como o ambiente e a protecção de recursos naturais e que desejaríamos, e mantivemos essa posição nos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

seminários a que fomos, ver alargados a essas áreas e a esses domínios a nossa participação nos programas transnacionais.

Por outro lado, um segundo aspecto destas negociações deste Quadro, diz respeito à necessidade de mantermos autonomizadas as nossas orientações estratégicas no âmbito do quadro de referência estratégico que o país deverá entregar para negociação do quadro geral nacional.

Portanto, aí, nós pensamos que o modelo a seguir deve ser idêntico ao que foi o do PRODESA, em que nós elaborámos e tivemos um capítulo próprio no quadro de orientações nacionais e, a partir daí, autonomizámos o nosso próprio Programa Operacional, o que nos permitiu efectivamente ter uma gestão independente da grande fatia financeira que nos foi atribuída.

Em terceiro lugar, o objectivo fundamental é que a revisão que queremos que seja feita dos montantes financeiros se faça em alta relativamente ao III Quadro Comunitário.

Nós, para além dos programas nacionais a que indicativamente concorreremos, beneficiámos de cerca de 1.200 milhões de euros no período 2000/2006.

Pretendemos que esses valores sejam revistos em alta e que nos seja dada a possibilidade de ter acesso a programas nacionais, designadamente no que diz respeito aos sistemas de incentivos de ajudas de Estado para os privados, à investigação e ao desenvolvimento tecnológico e à modernização da administração pública. Portanto, são estes três objectivos no âmbito das negociações e os outros dois objectivos (PRODESA e outros fundos) no âmbito do encerramento do III Quadro. Pensamos que são perfeitamente exequíveis, dadas as performances que temos atingido na gestão dos fundos que temos à nossa responsabilidade.

Muito obrigado.